

2005



Junho 15: o CSJT foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, com a finalidade de "exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante" (art. 111-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal).

Mai 12: aprovado pelo Pleno do TST o primeiro Regimento Interno do CSJT (Resolução Administrativa TST nº 1064).

Outubro 27: estabelecida a Tabela Única para atualização e conversão de débitos trabalhistas – Sistema Único de Cálculo (SUCJT), com o objetivo de uniformizar o sistema de cálculos trabalhistas, no âmbito dos TRTs e das Varas do Trabalho (Resolução nº 8).



2007

Fevereiro 7: atualização da Tabela Única aplicada na elaboração de cálculos de débitos trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho (Ato nº 2).

Mai 25: criada, no âmbito do CSJT, a Assessoria de Relações Institucionais da Justiça do Trabalho, tendo como competência, dentre outras, a de assessorar o Conselho no acompanhamento e tramitação de projetos de leis e processos de interesse da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus perante os Poderes e Órgãos Federais (Resolução nº 36).

Novembro 30: o Conselho estabeleceu que a comunicação oficial escrita entre os Órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus fosse realizada, preferencialmente, via transmissão eletrônica, por intermédio da rede mundial de computadores (Resolução nº 44).



2009

Fevereiro 10: instituído o sistema de Malote Digital como meio eletrônico oficial de comunicação entre as Unidades Organizacionais da Justiça do Trabalho, contribuindo para redução de custos e maior eficiência e celeridade nas correspondências (Ato Conjunto TST.CSJT nº 5).

Março 14: o Ato nº 133 instituiu o Modelo de Gestão do Portfólio de Tecnologia da Informação e das Comunicações da Justiça do Trabalho, conferindo maior continuidade administrativa às ações e observância das recomendações dos órgãos de controle.

Setembro 21: uniformização do Programa de Assistência Pré-Escolar no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (Ato nº 150).

Novembro 17: o Ato Conjunto TST.CSJT nº 20 dispôs sobre a implantação, no âmbito da Justiça do Trabalho, da numeração única de processos.



Março 3: instituído o Programa Nacional de Resgate da Memória da Justiça do Trabalho, com o objetivo de realizar inventários dos documentos e peças de interesse histórico relativos à evolução do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho (Ato Conjunto TST.CSJT nº 37).

Junho 21: instituída a Política Nacional de Comunicação Social no âmbito do Conselho e da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (Resolução nº 80).

Agosto 23: estabelecidas as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho, bem como regulamentados os procedimentos relacionados à ocorrência de acidentes em serviço no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (Resolução nº 84).

Novembro 18: aprovado o Manual de Gestão Documental da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (Ato nº 262).

Dezembro 5: instalado, na Vara do Trabalho de Navegantes – SC, o Sistema PJe-JT. Navegantes foi a primeira Unidade a ter o Sistema implantado, atendendo ao cronograma de implantação aprovado por meio do Ato nº 238 de 24 de outubro de 2011.



2013

Fevereiro 19: implantado o Sistema PJe-JT no âmbito do Conselho (Ato nº 32).

Abril 4: o Conselho tornou-se Unidade Orçamentária, competindo-lhe gerir diretamente recursos orçamentários destinados à Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (Lei nº 12.798/2013).

Outubro 10: instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade ao Sistema PJe-JT (Ato nº 364).

Novembro 11: instituído o Programa de Combate ao Trabalho Infantil no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com o objetivo de implementar políticas pela erradicação do trabalho infantil no Brasil (Ato nº 419).

Dezembro 6: editada a Resolução nº 131, estabelecendo a reserva de, no mínimo, 10% das vagas para afrodescendentes nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.



2015

Fevereiro 27: regulamentada a concessão da licença para capacitação aos servidores do Judiciário do Trabalho de primeiro e segundo graus (Resolução nº 147).

Março 26: aprovado o novo logotipo, a assinatura visual e o manual de aplicação da marca do Conselho (Ato nº 60).

Abril 22: o Ato Conjunto TST.CSJT nº 2 instituiu reserva para negros de 20% das vagas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos no âmbito do TST e do CSJT.

Abril 29: o Ato nº 96 acrescentou ao rol dos cargos efetivos da Justiça do Trabalho o cargo de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade História.

Mai 7: criada a Ouvidoria-Geral do Conselho (Ato nº 102).

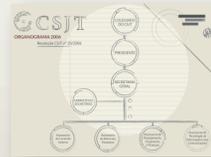
10 anos CSJT

2006

Mai 23: a Resolução nº 20 dispôs sobre a estrutura inicial do CSJT, contemplando o Colegiado, a Presidência, a Secretaria-Geral, a Assessoria da Secretaria-Geral e as Assessorias de Controle Interno, de Recursos Humanos, de Planejamento, Orçamento e Finanças e de Tecnologia da Informação e das Comunicações.

Novembro 24: editada a Resolução nº 28 com o objetivo de levantar a viabilidade econômica, técnica e estrutural das Varas do Trabalho; definir prioridades na descentralização dos recursos orçamentários do Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho, e estabelecer modelo de Vara do Trabalho para ser adotado no âmbito da Justiça do Trabalho, inclusive com tipo de mobiliário e equipamentos.

Novembro 24: criado Grupo de Trabalho para prestar consultoria na área de Gestão Documental (Resolução nº 30).



2008

Junho 5: instituído o Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT por meio do Ato Conjunto TST.CSJT nº 15, como instrumento oficial de publicação de matérias e decisões dos Órgãos da Justiça do Trabalho. A primeira edição foi disponibilizada em 9 de junho de 2008.

Outubro 31: o Conselho padronizou a estrutura organizacional e de pessoal dos gabinetes dos magistrados e das secretarias das varas do trabalho, definindo o quantitativo de servidores e de cargos e funções comissionadas (Resolução nº 53, atualizada, em 2010, pela Resolução nº 63).

Outubro 31: o Conselho estabeleceu parâmetros para padronização da estrutura física, de mobiliário e equipamentos para todos os órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, a ser realizada em conformidade com a disponibilidade orçamentária do Projeto de Modernização das Instalações Físicas da Justiça do Trabalho (Resolução nº 54).

Dezembro 10: como parte do projeto Rompendo Distâncias, o CSJT, o TST e a ENAMAT inauguraram sistema de videoconferência para interligar os diversos Órgãos da Justiça do Trabalho, com a participação de 22 TRTs na primeira videoconferência. Atualmente, todos os TRTs dispõem e utilizam sala de videoconferência.



2010

Mai 17: instituído o Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT, tendo como uma de suas atribuições a de garantir a adequação do Sistema PJe-JT aos requisitos legais e às necessidades da Justiça do Trabalho (Ato nº 69).

Junho 4: editada a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, a qual estabeleceu prazos de guarda dos processos judiciais e sua destinação (Resolução nº 67).

Setembro 24: considerando a necessidade de racionalização dos recursos orçamentários, foi editada a Resolução nº 70, dispondo, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, sobre o processo de planejamento, execução e monitoração de obras; os parâmetros e orientações para contratação de obras; e os referenciais de áreas e diretrizes para elaboração de projetos.

Outubro 19: o CSJT sediou a 10ª Mostra Nacional de Trabalhos de Qualidade do Poder Judiciário, premiando práticas bem sucedidas dos diversos ramos da Justiça, sendo considerado um espaço democrático para troca de experiências.



2012

Março 23: a Resolução nº 94 instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

Março 26: editada a Resolução nº 96, dispondo sobre o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho - Trabalho Seguro, objetivando institucionalizar e sistematizar ações de prevenção de acidentes de trabalho a serem desenvolvidas no âmbito da Justiça do Trabalho.

Mai 10: aprovado o Regulamento Geral da Secretaria do CSJT estabelecendo a estrutura e a organização dos serviços auxiliares do Conselho e fixando a competência administrativa dos respectivos órgãos.

Mai 25: aprovado o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. (Resolução nº 103).

Junho 29: O Conselho instituiu o Serviço de Informações ao Cidadão no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com o objetivo de aprimorar o atendimento oferecido aos cidadãos, nos termos previstos pela Lei de Acesso à Informação (Resolução nº 107).

Junho 29: regulamentada a realização de teletrabalho, a título de experiência, no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus (Resolução nº 109).



2014

Fevereiro 24: disponibilizada a primeira edição do Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT (Ato Conjunto CSJT.TST nº 37).

Junho 24: editada a Resolução nº 139, dispondo sobre medidas a serem adotadas pelos TRTs para impedir ou dificultar a busca de nome de empregados nas publicações de dados processuais de reclamações trabalhistas na rede mundial de computadores, com o fim de elaboração de "listas sujas".

Setembro 23: instituída a "Semana Nacional da Conciliação Trabalhista" no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, a fim de promover a efetividade jurisdicional e a celeridade processual, considerando a relevância do contínuo aprimoramento dos mecanismos consensuais de solução de conflitos (Ato nº 272).

Novembro 13: Instituída a Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho - PNRSJT (Ato Conjunto TST.CSJT nº 24).

Novembro 28: aprovados os Planos Estratégicos da Justiça do Trabalho e do Conselho para o período de 2015 a 2020 (Resoluções nºs 145 e 146).

Dezembro 27: criados os primeiros 44 cargos de provimento efetivo para o quadro de pessoal do CSJT, na área de Tecnologia da Informação (Lei nº 12.934/2013).